

# *INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS RECÉM-FORMADOS EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ABORDAGEM GERAL*

## PROFESSIONAL INSERTION FOR NEWLY SOCIAL WORK GRADUATES: A GENERAL APPROACH

**Ana Caroline Matos Soares**

Assistente Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. anacarolineas21@hotmail.com

**Maria Pimentel Solange**

Assistente Social (Faculdades Integradas Espirita), Mestre em Tecnologia e Trabalho (UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná), orientadora de TCC do Grupo UNINTER.

### **RESUMO**

Nas relações de trabalho contemporâneas, circula um forte discurso neoliberal de que o indivíduo é totalmente responsável pelo seu sucesso. Entretanto, a realidade evidencia o contrário, uma vez que existe mais profissionais do que campos de trabalho. Além disso, a política de favor e clientelismo ainda se mantém, o que provoca uma maior dificuldade na introdução dos profissionais no mercado de trabalho. Nesse contexto, o presente artigo visa traçar breves reflexões críticas acerca da dificuldade de inserção dos recém-graduados do curso de Serviço Social no mercado de trabalho. Em específico, foi abordada a complexa relação entre indivíduo e trabalho, bem como as inquietações que evidenciam a situação dos jovens profissionais, identificando alguns pontos que contribuem para travancar o ingresso no primeiro emprego. A partir da utilização de bibliografias referentes ao tema, conclui-se que a dificuldade dos recém-graduados em obter emprego se dá por meio de três motivos principais: 1) o idealismo capitalista de que o Estado e as instituições privadas não possuem responsabilidades quanto a área social; 2) a perpetuação de práticas clientelistas; e 3) o aumento do número de graduações sem preocupação com a qualidade.

**Palavras-chave:** Recém-formados; Inserção profissional; Mercado de trabalho.

### **ABSTRACT**

Contemporary work relationships have a significant neoliberal bias, which claims citizens are fully responsible for their success. However, reality says the opposite, since there have been more professionals than professional areas. Besides, favor and pork barrel politics still stand, which causes difficulties to insert professional into work market. Thus, the following paper tries to reflect briefly on critics regarding the difficulties of inserting recent Social Work graduates into the work market. It focus specifically on the complex relationship between the individual and work as well as the uneasiness regarding young professionals' situation. In addition, it identifies some aspects that contribute to impede them from getting the first job. The authors studied bibliographies regarding the theme and they concluded such difficulty in getting jobs has three reasons: 1) the capitalist concept that the State does not have any social obligations; 2) perpetuation of pork barrel practices; 3) the increasing number of unqualified undergraduate programs.

**Keywords:** Recent graduate; Professional Insertion; Work market.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo apontar reflexões críticas acerca da dificuldade de inserção dos recém-graduados do curso de Serviço Social no mercado de trabalho, dada às diversas mudanças no mundo do trabalho (Pochmann, 2000). Além disso, por meio da revisão da literatura, busca-se apresentar particularidades e singularidades do fenômeno desemprego a partir da perspectiva crítica e identificar mecanismos e estratégias utilizadas pelos profissionais para a colocação no mercado de trabalho.

O referencial teórico utilizado, contendo textos de Antunes (2006,2009), lamamoto (2000), Netto e Braz (2006), Harvey (1996) entre outros, permitiu uma abordagem mais reflexiva e aprofundada pautada nas relações sociais contemporâneas e na centralidade do trabalho. Com isso, foi possível obter reflexões mais focalizadas nos desafios que os recém-graduados em Serviço Social enfrentam para se introduzirem ao mercado de trabalho.

De acordo com Antunes (2006), no cenário contemporâneo, há inúmeras modificações no mundo do trabalho que afetam diretamente na vida de milhares de profissionais. Mudanças no padrão de acumulação e regulação social, que se expressam por meio da flexibilidade, empregos terceirizados e temporários, entre outros, colaboram para redução dos salários, a desregulamentação e intensificação das condições de trabalho, o aumento das metas de produtividade e a regressão de direitos sociais. Dessa forma, o trabalhador tem sua força de trabalho completamente esgotada, sendo explorado de todas as formas.

Assim, na era da flexibilidade, o trabalhador deverá desenvolver múltiplas funcionalidades para utilizar na área do trabalho:

Estas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso, tem, entretanto, gerado mais dissensão que consenso (...). Elas seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre capital e trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço do trabalho”.(...)Próximos à tese da especialização flexível, defendem as chamadas características inovadoras da nova fase, mais apropriada a uma interação entre capital

trabalho e, nesse sentido, superado das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista.”(Antunes,2009, p.50)

Nesse cenário, o profissional precisa se tornar mais adaptável, com mais demandas e responsabilidades em relação ao trabalho que está desenvolvendo.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se com o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação envolve rápidas mudanças nos padrões e movimentos desiguais.”(Harvey,1996, p.140)

Com o dinamismo do sistema capitalista e o desenvolvimento da acumulação flexível, legitima-se uma estratégia para a reconolização dos países periféricos, conhecida como neoliberalismo, que exerce pressões contra tentativas contrárias (reorganização da economia). Dessa forma, como apresenta Harvey (1996), o neoliberalismo não se resume no ataque aos setores políticos, mas, também, ao trabalho e suas organizações. A necessidade de reduzir custos, chamada de “fator trabalho”, é realizada por meio do embate contra lutas sindicalistas e cortes de salários e direitos conquistados. A classe dominante conseguiu reduzir os custos e aumentar a produtividade por meio da intensificação das fusões que agravaram a concentração e centralização de renda.

Esses fatores contribuíram para o estabelecimento da lógica capitalista e a sua permanência no poder. Como pontua Harvey (1996), o capitalismo, apesar da necessidade constante de mudar superficialmente para conserva-se, é um sistema munido de deficiências. São exemplos disso o desemprego em massa e as crises, que nunca poderão acabar, pois são fundamentais para a sua manutenção.

Uma grave consequência dessas transformações é o crescimento exacerbado do desemprego, principalmente entre jovens e idosos, que provoca um processo de “complexificação, fragmentação e heterogeneização” (Antunes, 2006 pg.49) da classe trabalhadora. Na própria estrutura do capitalismo contemporâneo, em que há a acumulação flexível, legitimou-se o neoliberalismo como mais uma

estratégia utilizada para a consolidação da ordem do capital. Dessa forma, o desemprego em massa é um dos inúmeros efeitos do sistema, que irá se perpetuar enquanto o capitalismo existir.

Nesse cenário, o Serviço Social aparece para viabilizar direitos dos trabalhadores e apoiá-los nas lutas em prol dos seus direitos. Entretanto, segundo lamamoto (2007), faz-se necessário observar que ele também é uma demanda da classe dominante, uma vez que necessita apaziguar e enquadrar o indivíduo na ordem societária, por vias da coerção, com intenção de disciplinar e mediatizar. Desse modo, a profissão passa a atuar no conjunto de expressões multifacetadas das desigualdades sociais (questão social<sup>1</sup>) de maneira fragmentada e imediatista e, conseqüentemente, na contradição capital e trabalho.

Visto isso, lamamoto (2000) salienta o caráter contraditório do Serviço Social, de modo que atende interesses contrapostos de classes em constante tensão. Essa contradição firma-se na estrutura capitalista, que produz uma grande riqueza social, mas que é utilizada por uma minoria de indivíduos que detém os meios de produção. Quem não possuir meios materiais deve então vender sua força de trabalho para que assim consiga sobreviver. Entretanto, muitos indivíduos não conseguem vender sua força de trabalho, vivendo em pobreza e miséria extremas. Esse modo de produção, faz com que essa precariedade seja constante e fundamental para consolidar-se no poder.

Nesse espaço contraditório, o desafio do assistente social é direcionar sua ação para o atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores, e, assim, ampliar seu campo de trabalho por meio de sua competência técnico-operativa, respondendo a novas demandas de forma ética e comprometida com a defesa dos direitos dos trabalhadores e o projeto ético político que move a profissão.

---

<sup>1</sup> A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v2n1\\_quest.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm)> Acesso em: 01/03/2018.

## **CAPITALISMO NA ERA DO NEOLIBERALISMO**

Na fase contemporânea do capitalismo, em que o modelo neoliberal foi imposto e estabelecido, é possível verificar a flexibilização das relações de trabalho, a centralização e concentração maior de renda na mão de uma parcela mínima da população e a criação de novas condições para a exploração do trabalho. À medida que se elevam os investimentos de capital constante (trabalho morto), diminuem-se os gastos em capital variável (trabalho vivo), acarretando em um crescimento do “exército industrial de reserva”<sup>2</sup> e fazendo com que se tenha ainda mais a precarização do mercado de trabalho e diminuição do valor da mercadoria (Marx, 1867 apud Yacoub; Ribeiro, 2007, pg. 141).

Sob essa ótica, é importante destacar que apesar da redução do trabalho vivo, ele ainda é fundamental para a manutenção e consolidação do sistema capitalista. Netto e Braz (2006) afirmam que o desenvolvimento da globalização no atual estágio do capitalismo contemporâneo possibilitou no mundo do consumo pelo processo do modo de produção, estratégias que remodelaram as formas de acesso à uma heterogeneidade crescente de produtos.

As transformações culturais e socioeconômicas que se dão no capitalismo contemporâneo, destacam-se por apresentar mudanças nas relações de consumo, como por exemplo, o controle e a apropriação da subjetividade. Além da fetichização da mercadoria, que colabora para a troca dos princípios sociais de valores, desfigurando e ocultando a leitura das desigualdades sociais (Ceolin, 2014).

Os regimes de acumulação capitalista, de acordo com Netto e Braz (2006), colaboram diretamente para as novas formas de dinâmica da composição política do proletariado e do tipo de organização da produção. Um exemplo disso é o

---

<sup>2</sup>Exército de Reservas de Mão de Obra é conceituado por Karl Marx como crítica a economia política. Refere-se aos desempregados e subdesempregados na sociedade capitalista. É sinônimo de “Exército Industrial de Reservas” ou “Superpopulação relativa”. A população excedente relativa também inclui pessoas incapazes de trabalhar. O uso da palavra “exército” tem referência aos trabalhadores recrutados e arregimentados no local de trabalho em hierarquia, sob o comando de autoridade dos proprietários de capitais. (PLANTIER, 2013), [www.euquerotrabalho.com/exercito-da-reserva-de-mao-de-obra.html](http://www.euquerotrabalho.com/exercito-da-reserva-de-mao-de-obra.html) <acessado em: 03/05/2017.

padrão de acumulação flexível<sup>3</sup>, do qual são características a flexibilização dos processos de trabalho, a valorização do trabalho no setor dos serviços, o capital volátil, a hegemonia financeira e o desemprego estrutural. Harvey (1996) aponta esse padrão como um esforço do sistema de se consolidar e manter no poder via restauração do ciclo de produção. Nessa lógica, o desenvolvimento dominador do capitalismo repercute nos hábitos diários, nas assimilações dos espaços e dos respectivos significados, das relações entre os indivíduos, entre outros.

É importante frisar que uma característica fundamental do capitalismo contemporâneo é a ampliação das taxas de lucratividade e redução dos custos. De acordo com Netto e Braz (2006), houve um significativo aumento de concentração e centralização de renda que ocasionou em um crescimento da questão social, uma vez que o Estado reduziu as responsabilidades públicas e sociais, transferindo-as para o terceiro setor e sociedade civil.

Com efeito, a reestruturação do sistema capitalista reforça a divisão da classe trabalhadora, debilitando-a na perspectiva de classe social, aumentando a complexidade da relação capital e trabalho e aperfeiçoando o controle de sua subjetividade pela burguesia (Alves,2000). Além disso, segundo Netto e Braz (2006), as novas estratégias do ideológico neoliberal do capitalismo afetaram diretamente os trabalhadores por meio das mudanças no mercado de trabalho.

Entre essas modificações está a crise do movimento sindical, que provoca uma grande redução dos direitos do trabalhador em sua totalidade.

## **O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DO CAPITAL**

Ao longo dos anos, tanto a Política Social como o trabalho profissional do assistente social vêm se transformando, os novos arranjos socioeconômicos e

---

<sup>3</sup> “A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se com o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação envolve rápidas mudanças nos padrões e movimentos desiguais.” (Harvey, 2007:139)

políticos e as novas demandas sociais. Assim, conforme Yasbek (2009), o Serviço Social se legitima e institucionaliza profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, na perspectiva do enfrentamento da questão social.

Na fase contemporânea do capitalismo neoliberal, o Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, reconfigurou-se para atender à novas demandas da sociedade. Com isso, foram alteradas as condições do exercício profissional e os processos de trabalho, reformulando-se através das novas diretrizes curriculares, do Código de Ética do Assistente Social e da lei de regulamentação da profissão (Iamamoto, 2000).

O profissional atua por meio do conhecimento específico, a partir das bases teórico-metodológicas que se materializam em entrevistas sociais, visitas domiciliares, pareceres sociais, reuniões, entre outros. Utilizam-se, desse modo, instrumentos que contribuem para que a intervenção seja feita de forma correta, conhecendo a realidade para transformá-la.

Como foi colocado, o Assistente Social possui como objeto de trabalho as expressões da questão social, que, nas condições sócio históricas contemporâneas, próprias das relações capitalistas, manifesta-se com novos aspectos:

O desmonte do sistema público de proteção social transfere responsabilidades da esfera estatal para a esfera de interesses privados, muitas vezes revestidos de ajuda, caridade e voluntarismo, na forma de execução das políticas sociais. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais (Iamamoto 2007 Apud Ceolin 2014).

O contexto social, econômico e político contemporâneo inclina-se a fixar traços conservadores da profissão que não foram eliminados com o passar dos anos e que se revelam em novos formatos, como, segundo Ortiz (2010), a continuação de ações messiânicas manifestados pelo trabalho voluntário como meio de adentrar ao

mercado de trabalho, o moralismo disfarçado pela proteção de direitos sociais, entre outros.

Em tempos sombrios de retrocesso de direitos, na qual a ofensiva neoliberal avança constantemente, é essencial que o assistente social promova mudanças tanto na matéria quanto no sujeito, em razão da composição da profissão (Iamamoto, 2000). Nas novas demandas a profissão deve intervir por meio de condições objetivas e subjetivas, pelo conhecimento técnico e teórico, desenvolvendo métodos e transformando possíveis ideias em ação.

No quadro social contemporâneo, as políticas sociais estão cada vez mais mercantilistas, focalistas, imediatistas, forçando o assistente social a ser um profissional que responda as demandas imediatas e não reais. O foco volta-se apenas para o indivíduo que, por meio de práticas disciplinadoras, deve se encaixar na sociedade (Iamamoto, 2000). Isso está diretamente relacionado com o desenvolvimento social do trabalho. Na mesma linha, Ortiz (2010) coloca que para o profissional, a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais e o exercício da profissão comprometida com a classe trabalhadora constitui uma resistência em tempos neoconservadores e neoliberais.

Na tentativa de resolver esses problemas, é imprescindível que o assistente social questione e analise as situações que lhe são colocadas, agindo criticamente e em conformidade com o código de ética da profissão e com o projeto ético-político. Diante de todas as especificidades da profissão, o Serviço Social carrega uma carga histórica que é essencial para a sua compreensão atual.

## **OS RECÉM-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NO MERCADO DE TRABALHO**

Os profissionais da área de Serviço Social, por também estarem inseridos no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho, também são atingidos pela dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, em especial os recém-graduados que estão à procura do primeiro emprego.



Uma das principais causas dessa dificuldade é a falta de experiência, fator geralmente requisitado pelos contratantes. Além disso, há ainda uma predominância da política de favor e do clientelismo, que dificulta a entrada no mercado de trabalho daqueles que não possuem quem possa indicá-los a uma vaga de trabalho. Seibel (2006) afirma que o clientelismo funciona como um ato de troca entre dois sujeitos, em que um que necessita de um serviço público e o outro necessita de um profissional que atue a seu favor.

Segundo Seibel (2006:138):

Clientelismo significa, portanto, uma ação de trocas ente sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter público que, normalmente não poderia e, de outro, por aqueles que administram ou tem acesso aos decisores sobre a concessão desses serviços. Essa intermediação dar-se via “moeda política”, cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral. (...). Se fortalece a partir de necessidades sociais, normalmente, excepcionais e urgentes.

Nesse cenário, alguns profissionais recém-formados veem no clientelismo uma maneira rápida e fácil de ingressar no mercado de trabalho, principalmente, em órgãos públicos. Entretanto, ressalta-se que a maioria dos profissionais contratados dessa forma não possuem perspectiva de crescimento profissional e permanecem no emprego somente durante a gestão do contratante.

Outro fator que colabora para o retrocesso do espaço ocupacional, segundo Yacoub e Ribeiro (2007), é a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Isso ressoa diretamente no campo de trabalho dos assistentes sociais, já que além de gerar empregos precários no terceiro setor, diminui vagas no primeiro e segundo setores.

De acordo com Yacoub e Ribeiro (2007), os empregos informais e precários dos assistentes sociais repercutem na forma de trabalho autônomo ou terceirizado (assessorias, consultorias e prestações de serviço), com maior relevância nos setores de recursos humanos, saúde, e atendimento à criança e ao adolescente.

Apesar disso, segundo Netto (1996), a profissão está se desenvolvendo com o passar dos anos. Ela passou a considerar mutações no mundo do trabalho e na sociedade, como, por exemplo, as implicações da concentração de renda e propriedade, os efeitos da urbanização desenfreada, a crescente exclusão social, *Caderno Humanidades em Perspectivas - v.2 n.2 - 2018*

entre outros. Conseqüentemente, ocorreram mudanças nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, onde foi verificado um aumento na demanda pelo Serviço Social.

Contudo, esse aumento de espaços ocupacionais para assistentes sociais está sendo diariamente prejudicado pela contenção de gastos de iniciativa privada e pela diminuição dos serviços sociais públicos. De acordo com Yacoub e Ribeiro (2007), o voluntariado também surge como espaço de trabalho, sendo completamente apoiado e legitimado por órgãos internacionais, organizações não-governamentais e governos. A vantagem para o empregador é que o voluntário não recebe salário e não luta por direitos trabalhistas.

É interessante pontuar algumas tendências nacionais no que se refere a profissão de serviço social e seus rebatimentos no mundo do trabalho:

Os vários levantamentos e pesquisas empreendidos nos últimos anos no âmbito da profissão permitem formular tendências nacionais: crescimento acentuado do número de cursos de Serviço Social em universidade ou faculdade privadas, aumentando a oferta de profissionais; o Estado como maior empregador de Assistentes Sociais e com maior abrangência no segmento municipal; maior incidência destes profissionais atuando na área da saúde, seguida da assistência e dos recursos humano; maior incorporação de profissionais assistentes sociais durante a década de 1990, com queda relativa e acentuada dos salários e perspectiva de crescimento da atuação no Terceiro Setor.(YACOUB, RIBEIRO 2007, p.145)

Com o aumento de oferta dos cursos de Serviço Social em instituições privadas e a distância sem a devida fiscalização, há o crescimento exacerbado de profissionais e, com isso, a concorrência para cargos e uma maior dificuldade para adentrar ao mercado de trabalho.

Ressalta-se também que, para o recém-graduado, o desemprego surge como uma imposição e não como escolha do indivíduo, visto que que ele se preparou durante anos para atuar profissionalmente na área do seu curso. Conforme Valore e Selig (2010), outro ponto crítico é a responsabilização inteiramente individual, em que o recém-graduado necessita ser ágil e “competente”, independentemente de

condições impostas por fatores externos, como a economia, o mercado de trabalho, contexto histórico, político e social, entre outros.

(...) ganha importância a difusão de argumentos que procuram ressaltar o papel do indivíduo na definição do melhor momento de inserção e na responsabilidade pelo planejamento prévio da trajetória ocupacional (...). A literatura especializada valoriza as qualidades próprias, muitas vezes sem levar em consideração a difícil realidade do mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao perfil das ocupações geradas. Em síntese, o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes, assim como procurar se favorecer do seu próprio esforço e postura qualitativa como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima de desemprego é identificada pelo próprio desemprego. (POCHMANN, 2000, p.64)

O discurso da meritocracia, que coloca a noção de que quanto maior o esforço individual, maior o sucesso, é bastante difundido atualmente, tornando-se um instrumento de adequação e enquadramento das massas populares no sistema. O regime de meritocracia, de acordo com Fernandez (2015), é um dos princípios ideológicos da sociedade que impulsiona a conformidade dos sujeitos, caso “fracassem” em algo, e justifica o sofrimento por desmerecer o triunfo econômico e social. Contudo, a realidade é distinta e abstrata, com inúmeros fatores externos que contribuem diretamente para a impossibilidade do sucesso em todas as áreas, contestando o discurso da meritocracia.

No que se refere aos recém-formados, Bauman aponta:

A sociedade atual faz crer que, se o indivíduo está desempregado, é porque não aprendeu a passar por uma entrevista, ou não se esforçou o suficiente para encontrar uma ocupação ou é avesso ao trabalho; se está inseguro sobre as perspectivas de carreira e futuro é porque não é suficientemente bom em fazer amigos e influenciar pessoas e não aprendeu, como deveria, a se expressar e impressionar os demais. (2001, apud VALORE, SELIG 2010, p.394)

Nessa perspectiva, é importante refletir e questionar acerca de como ocorre essa inserção profissional dos recém graduados. A lógica capitalista de sucesso profissional focada apenas no indivíduo, restringe a liberdade de escolha, já que a *Caderno Humanidades em Perspectivas - v.2 n.2 - 2018*

mesma “vem sendo diluída pela falta de oportunidades reais” (SOARES, 2002 apud VALORE, SELIG 2010, p.399).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para analisar e tecer reflexões acerca do mercado de trabalho dos assistentes sociais, fez-se necessário observar a conjuntura social, política e econômica por meio do trabalho e como ele se configura no capitalismo contemporâneo.

A ofensiva neoliberal nesse cenário é extremamente eficaz, pois, focando na inserção profissional dos recém-formados, consolida a ideia de que o sucesso profissional depende única e exclusivamente do indivíduo e que, se ele possuir força de vontade e outras inúmeras habilidades, irá garantir um lugar confortável e afortunado na sociedade. Porém, sabe-se que essa concepção é equivocada, uma vez que há também fatores sociais, econômicos, históricos e principalmente políticos que contribuem para a situação empregatícia da população, inclusive dos assistentes sociais. Além disso, essa ofensiva minimiza a responsabilidade do Estado e de grandes empresas privadas no trato da questão social, deixando essa responsabilidade para a sociedade civil.

Outro problema consiste na política do clientelismo, motivada por aqueles que querem manter nos postos de trabalho apenas profissionais submissos às suas demandas e não para suprir as necessidades da sociedade. Desse modo, os “profissionais” favorecidos por um processo de indicação, ao invés de seleção, têm vantagens sobre os demais.

Percebe-se, também, que há um paradoxo que ronda o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Pois, de acordo com estudiosos, como Netto (1996), a concentração/centralização da renda e riqueza e o crescimento da pobreza força o Estado a recorrer a medidas de cunho social, garantindo, dessa forma, mais espaços ocupacionais para assistentes sociais. De fato, é notório o crescimento da profissão ao longo dos anos. Todavia, houve um crescimento ainda maior do número de graduados, provenientes, principalmente, de cursos de faculdades e universidades

privadas presenciais e/ou à distância de má qualidade. Conseqüentemente, o que ocorreu foi uma inflação desses profissionais.

Por fim, além das conclusões deste estudo, é indispensável uma pesquisa mais detalhada e atual sobre a inserção profissional ao mercado de trabalho, para que, dessa forma, seja possível traçar estratégias coletivas para orientar os recém-formados, e todos os profissionais da área, na busca por emprego.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo:Boitempo,2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho- Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez,2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho- Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo,2009.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. Buenos Aires: CLACSO,2000.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política - Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez,2006.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. São Paulo: Revista Serviço Social,2014.

FERNANDEZ, Atahualpa; FERNANDEZ, Athus. **Meritocracia E Desigualdade**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 13, no 1237. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3988>> Acesso em 02/03/2018.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ROCHA, Maria Aparecida Marques. **Transformações no mundo do trabalho:** repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação do LOAS. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos,2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola,1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e formação Profissional. São Paulo: Cortez,2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez,2007.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil:** os fundamentos da sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro. E-papers,2010.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher, Brasil.2000.

SEIBEL, Erni J.; OLIVEIRA, Heloísa M.J. **Clientelismo e seletividade:** desafios às políticas sociais. Florianópolis: EDUFSC,2006.

VALORE, Luciana Albanese; SELIG, Gabrielle Ana. **Inserção profissional de recém-graduados em tempos de inseguranças e incertezas.** Rio de Janeiro: Estudos e pesquisas em psicologia,2010.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher, Brasil.2000.

YACOUB, Leila Baumgratz D.; RIBEIRO, Luiz Cláudio. **Emprego, Desemprego e Precariedade do trabalho do Assistente Social.** Rio de Janeiro: Revista em pauta,2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. Disponível em: <[http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1\\_-\\_O\\_significado\\_socio-historico\\_da\\_profissao.pdf](http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-_O_significado_socio-historico_da_profissao.pdf)> Acesso em 01/03/2018.

YOLANDA, Guerra. **O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2009.